



1 ATA DA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE
2 SÃO PAULO CAU/SP - 30 DE JANEIRO DE 2014

3 Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, reuniu-se o
4 Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, nas dependências da 7 Comm,
5 situada à Rua Formosa, 367, 29º andar, Centro, São Paulo/SP, sob a Presidência do Arquiteto e
6 Urbanista, Afonso Celso Bueno Monteiro. O Presidente chamou para compor a mesa e assessorar
7 os trabalhos o vice-presidente, Gustavo Ramos Melo e o Diretor Administrativo, Gerson Mendes
8 Faria. A sessão plenária ordinária iniciou com a presença de 41 Conselheiros; sendo 38
9 Conselheiros Titulares e 3 Suplentes. Encontravam-se no exercício da titularidade 2 Suplentes de
10 Conselheiro Titular; os Conselheiros Silvio Heilbut e Monica Fonseca Coutinho. **ÍTEM A:**
11 **VERIFICAÇÃO DE QUORUM:** Verificado o *quorum* de 40 Conselheiros entre Titulares e Suplentes
12 no exercício da titularidade, o Presidente do CAU/SP saudou todos os presentes e iniciou a Sessão
13 Plenária. As listas de presença seguem anexas a esta Ata. **ÍTEM B: ABERTURA DA 1ª REUNIÃO**
14 **PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP de 2014. ÍTEM C: EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
15 **BRASILEIRO-**Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, o Presidente Afonso Celso Bueno
16 Monteiro passou para o item D. **ÍTEM D: APROVAÇÃO DA ATA DA 12ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DE**
17 **19/12/2013:** O Presidente abriu a discussão ao plenário para sugestões, complementações ou
18 correções. Não havendo nenhuma manifestação, o presidente colocou a Ata em aprovação. A Ata
19 da 12ª Sessão Plenária Ordinária foi aprovada por unanimidade sem alterações. O Presidente,
20 antes do item E, pediu uma inversão de pauta, acrescentando a extra pauta, Desdobramentos das
21 Metas Estratégicas- Planejamento Estratégico, e passou a palavra aos representantes da FIA. O
22 representante da FIA, Luiz Satoro, introduziu o assunto e pediu que o representante Milton
23 Murakami explanasse o processo do trabalho. Em função da necessidade de adequar o projetor
24 na sala, o presidente Afonso Celso Bueno Monteiro adiantou o **item E** da pauta- **PALAVRA DO**
25 **PRESIDENTE.** O presidente informou sobre a recuperação do Conselheiro Federal Miguel Pereira e
26 sua visita ao Hospital onde encontrou o Conselheiro Federal se recuperando bem. O presidente
27 informou sobre a instalação do CEAU. O arquiteto e urbanista José Antônio Lanchoti, Conselheiro
28 Federal Adjunto do Conselheiro José Roberto Geraldine Junior, também representante da ABEA,
29 foi eleito secretário executivo do CEAU. Segundo o presidente, o calendário das reuniões foi
30 confeccionado e as reuniões ocorrerão bimestralmente. Na próxima reunião do CEAU será
31 desenvolvido o regimento do CEAU. Presentes na instalação estavam os representantes da ABEA,
32 ABAP, AsBEA, FEBRAE e FNA. Segundo o Presidente, houve demanda do IBAP para tomar assento
33 no CEAU. O terceiro informe do presidente foi sobre a visita da Comissão Permanente de
34 Acessibilidade da Prefeitura Municipal de São Paulo à sede do CAU/SP, solicitando indicação para
35 presença e participação na Comissão de Acessibilidade da Prefeitura. Segundo o Presidente
36 Afonso Celso Bueno Monteiro, o Conselheiro Luiz Fisberg se manifestou interessado e foi indicado
37 para fazer parte desta comissão. O Conselheiro Lucio Gomes Machado fez alguns
38 questionamentos mas, sem o microfone, a fala ficou inaudível para transcrição. O conselheiro
39 Gilberto Belleza fez observação sobre a eleição do coordenador do CEAU-se eleito pelo voto de
40 todos. O Presidente Afonso afirmou que a eleição foi por aclamação. Alguns conselheiros
41 discutiram sobre o assunto porém, sem o microfone, tornou as questões inaudíveis. O conselheiro
42 Ederson pediu respeito ao item de pauta em discussão e lembrou o código de conduta nas
43 plenárias. O Presidente continuou os informes citando a solicitação feita ao presidente do



44 CAU/BR, Haroldo Pinheiro, sobre uma atuação mais efetiva do CAU/BR na revisão da lei 866.
45 Também foi solicitada a suspensão da liminar que suspendeu a resolução 51. Por último o
46 presidente anunciou a renúncia do Conselheiro Nelson Betti Batalha Neto. **ITEM 1: APROVAÇÃO**
47 **DO BALANÇO ANUAL DE 2013:** o Coordenador da Comissão de Orçamento e Contas, Luiz Antônio
48 Raizzaro, apresentou o fechamento anual, encaminhado a todos os conselheiros anteriormente.
49 O Conselheiro informou sobre a aprovação, pelo CAU/BR, do acréscimo na arrecadação para o
50 fundo de reserva, saindo de 3,90% para 4,12%, afetando o orçamento aprovado para 2014. O
51 Presidente respondeu que a questão do aumento na arrecadação é ponto de pauta do item 6. O
52 balanço anual foi colocado em discussão e neste momento o Conselheiro Claudio Mazzetti
53 questionou sobre transposição de recursos. O coordenador da Comissão de Orçamento e Contas
54 explicou como funciona a transposição, com consulta à Comissão da verba não utilizada para
55 repasse à Comissão necessitada. O Balanço Anual de 2013 e o Relatório de execução foram
56 colocados em votação e foram **APROVADOS** com um voto em contrário do Conselheiro Paulo
57 Afonso e uma abstenção do Conselheiro Claudio Mazzetti. **EXTRA-PAUTA– DESDOBRAMENTO**
58 **DAS METAS ESTRATÉGICAS-PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO-FIA.** Os representantes da FIA
59 explanaram o processo das reuniões e o desenvolvimento do trabalho do Planejamento
60 Estratégico do CAU/SP. O material com o trabalho desenvolvido pela FIA e os envolvidos foi
61 enviado aos Conselheiros anteriormente. O consultor Milton Murakami explicou sobre a
62 importância em acompanhar a execução das metas e o *status* de execução. Para este
63 acompanhamento foi pensado, junto da diretoria executiva, na formação de um grupo que
64 acompanhará o planejamento estratégico e sua execução dentro do Conselho. O Comitê de
65 Acompanhamento do Planejamento Estratégico será coordenado pelo Chefe de Gabinete, Plínio
66 Marcus. A Conselheira Nina Vaisman tirou dúvidas sobre a diretoria executiva que vai
67 acompanhar o planejamento estratégico e o comitê de acompanhamento. O Conselheiro Gilberto
68 Belleza, com parte da fala prejudicada pelo microfone, abordou a questão dizendo que a pessoa
69 que fará o acompanhamento deveria estar fora do grupo gestor de execução. O consultor Luiz
70 Satoro esclareceu a questão do Conselheiro Gilberto Belleza explicando que o acompanhamento
71 será feito também pelo Plenário, trimestralmente, nas execuções das ações. A Conselheira
72 Débora Frazatto também falou sobre a necessidade em ter uma pessoa fora do envolvimento da
73 execução para que possam ter um olhar isento e “de fora do processo”. Após os Conselheiros
74 Renato Nunes, Ederson da Silva, Gilberto Belleza e Eder da Silva opinarem sobre o assunto, foi
75 esclarecido como o processo desmembrará em ações e como será a execução do plano
76 estratégico. O Conselheiro Éderson da Silva pediu a transcrição da fala que segue: *“Eu só queria*
77 *fazer um comentário, eu faço parte de um outro planejamento estratégico na prefeitura onde sou*
78 *secretário e a metodologia é exatamente essa. Eu sou de uma secretaria, nós temos 54 projetos,*
79 *20 estão diretamente ligados a minha secretaria e eu também sou do grupo gestor. E cada*
80 *secretário tem uma pessoa que alimenta os indicadores de cada evento. Uma coisa que não pode*
81 *deixar fugir do nosso foco: em uma prefeitura, no governo do estado, o planejamento vai atender*
82 *o interesse do mandatário, do prefeito, do governador. Aqui é o Plenário. Não podemos perder de*
83 *foco que nós somos o CAU/SP. A questão sobre avaliar só no final (levantada pelos conselheiros),*
84 *então vou dar um exemplo de hoje: Houve um Seminário nessa sala começando às 9horas da*
85 *manhã. Foi até quase 1 hora. Tinha 10 pessoas. O que queremos avaliar se nós não participamos?*
86 *Então, nós somos o CAU, nós, cada um de nós, que pedimos aos nossos colegas profissionais, vou*
87 *repetir isso aqui acho que pela 5ª vez. Nós pedimos para estar aqui. Somos ressarcidos*



88 *financeiramente para dedicar o dia a uma Plenária, aos eventos do CAU. E não vimos. Hoje de*
89 *manhã tinha 10 pessoas, eu fiquei com dó da pessoa que veio dar o Seminário para nós. Foi*
90 *constrangedor. Agora a gente vem falar de avaliação? Nós não participamos. Aquilo ali só vai*
91 *acontecer se cada um de nós realmente participar. Quando se fala em convênio com entidade de*
92 *ensino, não é só Diretoria, há uma comissão. Quem são os membros da Comissão? São os*
93 *Conselheiros que fazem parte da Plenária. Aquilo só vai acontecer se cada um de nós tiver*
94 *responsabilidade e dedicação para fazer. Quando falou que é em 15', em 5' conseguimos avaliar*
95 *aquilo. Pois recebemos por e-mail, se você no caminho para cá der uma olhadinha, basta colocar*
96 *ali nós vamos ter uma visão clara do que é bom, regular, péssimo, do que tem que abortar,*
97 *desistir. Nós somos os Conselheiros do CAU. Nós somos o CAU. Isso não pode perder de foco. Se*
98 *não, não adianta, vamos avaliar o que? Aquilo que nem a gente prestigia e participa?* Após a fala
99 do Conselheiro Éderson da Silva o presidente Afonso Celso Bueno Monteiro informou sobre a
100 necessidade do envio do mini currículo e uma foto para inserção no site do CAU/SP. **ITEM 2-**
101 **REEDIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA PARA COMPRA/AQUISIÇÃO DA SEDE PRÓPRIA**
102 **DO CAU/SP:** O presidente, neste momento, pediu a reedição da COMISSÃO ESPECIAL
103 TEMPORÁRIA PARA COMPRA/AQUISIÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO CAU/SP, para a continuação dos
104 trabalhos. O Conselheiro Eder da Silva questionou sobre o resultado dos trabalhos e a
105 apresentação de um relatório. A Conselheira Nina Vaisman relatou sobre o trabalho da Comissão
106 colaborando com o CAU/SP para estabelecer a sede na rua Formosa 367, ainda que não completa
107 com o projeto adequado. Relatou que o grupo tem a ideia de buscar uma sede através de uma
108 chamada pública às imobiliárias para oferecerem imóveis ou terrenos para a compra. A
109 Conselheira Nina Vaisman explicou que as reuniões cessaram pela suspensão da comissão e os
110 relatórios dos trabalhos serão encaminhados. A Diretora Marcia Mallet pediu as atas e o relatório
111 final para que possam dar continuação ao processo. O Conselheiro Nilson Ghirardello, com a
112 palavra, disse ser interessante definir em plenária se farão a compra de um terreno ou a compra
113 de um edifício. O Conselheiro Silvio Heilbut perguntou quem são os membros da comissão que
114 será reeditada e como está o andamento da instalação da sede no 23º andar. O Presidente,
115 respondendo ao questionamento do conselheiro Silvio Heilbut, disse que a comissão extinta era
116 composta pelos Conselheiros (as) Nina Vaisman, Nadia Somekh Bruno Ghizellini, Gerson Mendes
117 Faria, Gustavo Ramos Melo, Éder da Silva e o próprio presidente. Sobre o projeto da sede atual, o
118 Presidente disse que estão avaliando as limitações técnicas que encarece o projeto e os custos
119 para a montagem da sede. O Conselheiro Eder da Silva pediu o esforço da equipe técnica para
120 finalizar as atas e o relatório final antes de iniciar a reedição. O Conselheiro Éder também disse
121 que a comissão deve ser retomada, após experiência adquirida na primeira fase, com novos
122 mecanismos. O Conselheiro Pietro Mignozzetti pediu a palavra e lembrou o plenário que ele
123 mesmo participou efetivamente desta comissão indo a diversas reuniões, participando de debates
124 e vistorias em dezenas de imóveis para poderem fazer a locação da sede. Em seguida o
125 Conselheiro Renato Nunes falou que o relatório final da Comissão de Aquisição da Sede é
126 necessário para que o plenário possa analisar e a partir dele saiba decidir e dar prosseguimento às
127 próximas ações necessárias. O Conselheiro Ederson da Silva pediu um encaminhamento para tirar
128 da pauta a reedição da comissão e naquele momento deveriam dar o prazo até a próxima
129 plenária para a confecção do relatório. O Conselheiro Pietro emitiu sua opinião dizendo que a
130 comissão deveria ser encerrada, o relatório final emitido e a reedição fosse levada para próxima
131 plenária. A Conselheira Nina Vaisman disse achar muito oportuno o relatório final, com



132 observações e propostas que foram feitas, lembrando as várias tentativas em busca da sede, o
133 relacionamento com o INSS, as vistorias e a busca de um imóvel público. O Presidente Afonso
134 Celso Bueno Monteiro sugeriu que a comissão se reunisse informalmente para a confecção do
135 relatório para apresentação na próxima plenária. O Conselheiro Claudio Mazzetti propôs, em cima
136 das falas do Conselheiro Ederson e Pietro, que o relatório fosse encaminhado com antecedência
137 aos conselheiros para avaliação. **ÍTEM 3: ALTERAÇÃO DA DATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE ABRIL-**
138 A sessão Plenária de 24 de abril, agendada no calendário anual, cairá na semana da Conferência
139 do CAU/BR em Fortaleza. Após análise jurídica, segundo o presidente Afonso Celso Bueno
140 Monteiro, a transferência da sessão plenária do CAU/SP para Fortaleza não foi aprovada por não
141 haver validade da reunião fora do estado de São Paulo. A nova data sugerida e aprovada na
142 sessão plenária, após opiniões de alguns conselheiros foi 15 de abril de 2014, terça feira, às 14hs,
143 em São Paulo. **ÍTEM 4: PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NA CONFERÊNCIA DO CAU/BR EM**
144 **FORTALEZA.** O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro informou que o CAU/SP poderá levar os
145 Conselheiros Titulares para a Conferência no intuito de uma capacitação a ser oferecida aos
146 conselheiros. Como encaminhamento a presidência enviará correspondência explanando o
147 procedimento para a viagem onde passagens serão providenciadas pelo CAU/SP, hospedagem
148 pelo próprio conselheiro que tem o ressarcimento de diária e a taxa de inscrição também será
149 assumida pelo CAU/SP. O item foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade. **ÍTEM 5**
150 **- ESTATÍSTICAS DA DIRETORIA TÉCNICA-**A diretora Técnica Marcia Mallet fez apresentação do
151 relatório das atividades de 2013 e o trabalho da Diretoria. Segue apresentação anexa a ata. O
152 Conselheiro Gilberto Belleza cumprimentou o trabalho da diretoria técnica, pediu que fosse
153 colocado no site e também que todas as diretorias apresentassem, em rodizio no Plenário, suas
154 atividades. O Conselheiro continuou com explicações do RRT extemporânea e falou em criar um
155 manual no site do CAU/SP de como o RRT deve ser preenchida. O Conselheiro Ederson da Silva
156 concordou com a necessidade de ter um manual para preenchimento. O Conselheiro Paulo André
157 falou sobre sua experiência na Prefeitura de Caraguatatuba e também sobre a importância das
158 informações de preenchimento “estampadas” no site, uma estratégia em divulgação e
159 publicidade com instruções básicas O conselheiro Claudio Mazzetti falou que a Comissão de
160 Exercício Profissional tem discutido a questão da interação dos profissionais e os RRTs. A fase é da
161 emissão de documentos e faltam muitas informações no SICCAU. Segundo o Conselheiro Claudio
162 Mazzetti, é importante que o CAU/SP faça uma proposta de texto para o CAU/BR para
163 complementar as informações garantindo o nome do Conselho e do profissional. Em seguida, o
164 Conselheiro Lucio Gomes Machado pediu a palavra e que a fala fosse transcrita. Segue
165 transcrição: *“A questão da cisão da responsabilidade pelo projeto da responsabilidade pela*
166 *execução da obra e pela construção perante as prefeituras é uma luta histórica dos arquitetos,*
167 *entre outras razões porque isso evita a responsabilização de arquitetos que assinaram muitas*
168 *vezes inocentemente um projeto para aprovação pela prefeitura como seu autor e como*
169 *responsável pela obra. Ocorre que nem sempre a obra é executada pelo arquiteto autor do*
170 *projeto e caso aconteça um acidente qualquer, e ele será responsabilizado criminalmente por ser o*
171 *profissional que efetivamente consta como responsável? Como vemos que há municípios que*
172 *ainda têm na sua legislação a obrigatoriedade da vinculação da aprovação de projeto com a*
173 *emissão do alvará de construção, devemos fazer uma batalha para que isso seja cindido. Interessa*
174 *para os arquitetos ter tanto a obra, quanto o projeto, mas vamos proporcionar a possibilidade de*
175 *poder o arquiteto executar uma obra sem ter feito o projeto e vice versa. São coisas diferentes, é*



176 por isso que a RRT é cindida: deve haver uma RRT para projeto e outra para execução da obra.
177 Precisamos convencer as prefeituras a dividir essas atividades, da mesma maneira como o CAU/BR
178 o fez e muito bem feito na regulamentação da RRT. A outra questão, indo pra exposição da
179 Arquiteta Marcia, a primeira estranheza que eu tenho é que os números apresentados giram em
180 torno de 6 a 8 mil e nós somos 55 mil portanto há 40 mil arquitetos que não estão fazendo nada,
181 ou estão fazendo e não estão registrando. É uma questão que me inquietou nessa exposição. A
182 segunda questão, que eu acho mais desagradável para nós, é que eu tenho recebido uma
183 quantidade enorme de reclamações de que a primeira análise de uma solicitação de CAT demora
184 90 dias. Para a segunda análise, a informação é de que o prazo normal é de 30 dias, mas a
185 demora é de 40, 50, 60, 70 dias e a CAT não sai. Infelizmente, os colegas já sabem que quando os
186 e-mails mencionam que está sendo enviada cópia Presidente -com essa palavra mágica-
187 imediatamente alguém telefona do CAU e fala: "amanhã sai". Já aconteceu com gente muito
188 próxima a mim. Uma CAT não pode demorar 30 dias, tem que ser coisa de 5 dias. Nós estamos
189 atingindo o padrão de ineficiência do CREA. Foi por isso que nós saímos de lá. Uma CAT é um
190 documento tão importante para o arquiteto uma CAT que nossa meta deve ser emití-la em 5 dias
191 no máximo. Não pode haver essa expectativa de 1º análise em 30 dias, a segunda análise em mais
192 30 dias quando efetivamente estamos demorando 150 dias para atender os colegas. Isso está
193 criando uma antipatia com o CAU, generalizada em todo o pessoal que ativo profissionalmente,
194 uma antipatia gigantesca. A terceira coisa que acho importante na questão da fiscalização, é que
195 a fiscalização está muito bem planejada, com a utilização de geoprocessamento. Mas há outro
196 enorme leque de modalidades de fiscalização que não está sendo feito: 1) análise sistemática de
197 todas as concorrências que são abertas no estado de São Paulo, sejam estaduais ou municipais.
198 Pela minha experiência 90% delas tem equívocos bárbaros. Seja relativos ao que vai ser o item 8
199 da pauta que é não observar tabela de honorários como valor de referência, seja de colocar
200 atividades que não deveriam ser colocadas dentro da concorrência, por exemplo, editais que
201 encaminhei ao Conselheiro Gilberto Belleza: duas licitações na Secretaria da Cultura em que a
202 coordenação do projeto de restauro, deveria ser obrigatoriamente ser exercida por engenheiro
203 civil. Pedi uma intervenção, foi mandada uma correspondência da qual não consegui cópia.
204 Somente consegui cópia da resposta encaminhada pela Secretaria para o CAU e que foi publicado
205 no diário oficial. No entanto, foi mantido o engenheiro como possível responsável pela
206 coordenação de um projeto de restauro. É inadmissível que ele seja sequer responsável pela
207 coordenação de um projeto de arquitetura, quanto mais de um projeto de restauro. E o CAU
208 aceitou isso como resposta, aceitou que o edital continuasse e não protestou. A concorrência foi
209 feita dois dias atrás. Não pode haver a necessidade de esperar uma reunião da Comissão de
210 Exercício Profissional, para disparar a fiscalização. Deve ser algo automático, rotineiro. Está
211 descrito na legislação. Portanto não pode ser tolerado. Isso prejudicou um muitos colegas de
212 gente pois havia a previsão de uma pontuação diferente que privilegiava o engenheiro, que
213 deveria atender a uma série de requisitos relativos a sistemas complementares que não se
214 coadunavam com a nossa resolução. O CAU tem que ter uma atitude muito incisiva com relação
215 às licitações como um todo. A terceira modalidade de fiscalização que penso dever ser implantada
216 é a leitura sistemática dos diários oficiais, seja do estado seja dos municípios. Porque há contratos
217 licitados ou não mas estão sendo feitos das maneiras mais estranhas – contrariando nossa
218 legislação - e acabam prejudicando brutalmente os nossos colegas. E, por fim, que os colegas da
219 Comissão de Exercício Profissional e da Diretoria técnica pudessem explicar porque 40 mil



220 *arquitetos não comparecem nem em RRTs nem com CATs. Será que nenhum deles fez nenhum*
221 *projeto, nenhuma obra, nem desempenhou nenhum cargo ou função durante 1 ano?* Em seguida o
222 Conselheiro Reginaldo Peronti também falou da reclamação dos colegas sobre a morosidade em
223 receber informações em relação aos processos protocolados. O Conselheiro gostaria de saber da
224 Direção Técnica quando poderão dar respostas sobre esse assunto. O presidente Afonso Celso
225 Bueno Monteiro respondeu que os processos, as avaliações e respostas seguem um rito
226 processual estabelecido pelo CAU/BR onde há prazos regimentais para avaliar, relatar e para a
227 defesa. A Diretora Técnica, Marcia Mallet, disse que os processos chegam do CREA em caixas,
228 com uma lista de nomes em ordem alfabética e sem outra organização. Caso alguém tenha
229 conhecimento de alguma urgência, a Diretora pede que avise a Comissão de Exercício Profissional
230 para que possam buscar dentre tantos processos. O conselheiro Pietro Mignonzetti, com a
231 palavra, disse que periodicamente o CAU deveria enviar os textos das leis para os órgãos de
232 aprovação, para os profissionais e para a sociedade de maneira geral. **ÍTEM 6- CENTRO DE**
233 **SERVIÇOS COMPARTILHADOS:** O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro iniciou sua fala, no
234 ITEM 6 da pauta, fazendo um breve relato sobre o tema Centro de Serviços Compartilhados,
235 debatido na plenária anterior, realizada em 19/12/2013. Segundo o presidente, o CAU/BR
236 solicitou que os CAU/UF paguem pelos serviços do SICCAU e outros. Os CAU/UF, tendo recebido
237 esta notícia em dezembro de 2013, não estavam preparados em seus orçamentos e planos de
238 ação de 2014 não previam este repasse. Na atualidade já são pagos 20% da arrecadação dos
239 CAU/UF, mais 3,91%, (agora tornou-se 4,12%). Esses valores somados correspondem a 1/3 da
240 arrecadação bruta. O Presidente falou que o CAU/SP e os CAUs do Sudeste e Sul estão
241 questionando alguns pontos, como por exemplo, o repasse de 27% que irá para a folha de
242 pagamento do CAU/BR, entre outros pontos. Os CAUs das regiões SUL e SUDESTE apresentaram
243 uma nova proposta conseguindo alterar a resolução em Brasília. Entre os Presidentes, é
244 entendido que o compartilhamento e o serviços do SICCAU são importantes, porém há
245 questionamentos sobre questões legais, financeiras, técnicas e jurídicas sobre mais este repasse.
246 O Presidente deu continuação dizendo que na plenária do CAU/BR, na semana anterior, foi
247 aprovado que os CAU/UF, por 90 dias, pagarão por este compartilhamento e depois desses 90
248 dias será feita uma avaliação e verificação entre necessidades, possibilidades e legalidade da
249 ação. O Conselheiro Gilberto Belleza pediu a palavra e retomou sua fala da Sessão Plenária
250 passada, falando da necessidade de levantar alternativas para o repasse do CAU/BR, levando em
251 consideração as devidas avaliações e também a importância do SICCAU. O Conselheiro e Diretor
252 Financeiro, Éder da Silva, pediu maiores explicações sobre o que foi aprovado no CAU/BR. Ele diz
253 que deve haver uma manifestação do Plenário de São Paulo com relação ao encaminhamento
254 aprovado. O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro respondeu que os CAU/UF vão participar
255 de alguns custos do CAU/BR, não citados, mas que são de responsabilidade dos estados, por 3
256 meses. Neste ínterim a Comissão Gestora do Compartilhamento estudará, junto dos técnicos das
257 unidades estaduais, os pagamentos relacionados aos serviços prestados. Os CAU/UF participarão
258 deste pagamento durante 90 dias e a partir daí avaliarão o que é de fato dos CAU/UF e o que é
259 atribuição do CAU/BR. Continuando, o Conselheiro Éder da Silva disse que aprovando este
260 pagamento o Conselho pode estar cometendo uma ilegalidade, que este caminho está
261 equivocado pois, não há como fazer um pagamento e depois verificar se está dentro da
262 legalidade. O Diretor Financeiro Éder da Silva disse já ter confeccionado um relatório levantando a
263 questão da legalidade. Até o momento o Diretor Financeiro não se dá por satisfeito sobre esta



264 ação. A lei para ele é clara, estabelece competências e destina recursos para que cada instância
265 sirva e dê respostas aos arquitetos. O Diretor fez contas e avaliou o processo legal dos gastos,
266 questionou como o CAU/BR gastou 44 milhões no ano e quer saber como foram contratadas as
267 pessoas que o CAU/SP irá pagar os salários. Como Conselheiro e Tesoureiro, Éder da Silva, não se
268 sente à vontade para aprovar as condições apresentadas. O Diretor Financeiro questionou como
269 explicará ao TCU sobre estes pagamentos. Para ele, parece um encaminhamento político e pouco
270 construtivo. O Presidente Afonso falou que a primeira sugestão do CAU/BR foi fazer um convênio.
271 A proposta neste momento é pagar após os gastos do BR por ações executadas pelos estados. O
272 Conselheiro Victor Chinaglia falou sobre uma conversa que já tiveram e o Pacto Federativo,
273 quando queriam fazer a cobrança dupla do RRT e na ocasião falaram que havia necessidade do
274 CAU/BR reavaliar a possibilidade financeira de ter 27 unidades federais. Segundo o Conselheiro
275 Victor Chinaglia o que acontece agora é uma discussão de um erro previsto há dois anos atrás. O
276 Conselheiro questionou se os 33% que sairão do CAU/SP farão com que o CAU/SP responda aos
277 50% dos arquitetos do Brasil. O Conselheiro pediu que este assunto seja levado no próximo
278 Fórum de Presidentes e pediu também que seja retomado o debate do Pacto Federativo. Em
279 seguida a Conselheira Luciana Rando externou sua preocupação e disse que faz das palavras do
280 Diretor Éder as dela também pois, várias vezes foi solicitado ao CAU/BR a explanação sobre esses
281 custos e gastos e estes documentos não chegaram. A Diretora Técnica Adjunta disse que não irá
282 aprovar gastos e custos sem estar segura do seu ato. O Diretor de Ensino e Formação Profissional,
283 João Carlos Correia, disse concordar com os Diretores Eder da Silva e Luciana Rando uma vez que
284 a questão do compartilhamento os colocam em vulnerabilidade perante questões de
285 responsabilidade que todos têm com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. O Diretor João
286 Carlos Correia sugeriu que o CAU/SP recolha os valores em juízo, não passando nada ao CAU/BR,
287 e, se for o caso, consultem o TCU sobre estas atividades para que não venham a ter problemas no
288 futuro. Em seguida, com a palavra, o Conselheiro Éderson da Silva falou sobre a arrecadação do
289 CAU, que é dos arquitetos, falou dos pactos e necessidades que vem aparecendo. Uma vez que o
290 percentual não está assistindo o CAU/BR como deve, as contas e necessidades devem ser revistas
291 “em um todo” e não como “puxadinhos” que aparecem a cada nova necessidade. O conselheiro
292 continuou dizendo que se for pactuado que ao invés de 20% será 30% de arrecadação, que seja
293 fixo e não haja nenhum novo repasse. O Vice presidente Gustavo disse que está claro na lei que o
294 repasse ao CAU/BR é de 20%. Ele tem dúvidas se o percentual dos 3,91%, que agora foi para
295 4,12%, é legal. Como exemplo, o vice presidente citou que na reunião de Ouvidoria, na manhã
296 dessa Plenária, foi verificado a necessidade de aprimorar alguns pontos no SICCAU, e eles não
297 podem fazer pois não tem autonomia. Ou seja, deverão arcar com a despesa e não terão
298 autonomia. Em seguida a palavra foi passada para a Diretora Técnica, Marcia Mallet, que disse
299 que os Conselheiros do CAU/BR começam a cometer uma ilegalidade quando querem administrar
300 o orçamento do CAU/SP, que esta é uma atividade do estado e para o estado pagar alguma conta
301 ele deve ter conhecimento dos contratos que serão pagos com este recurso. A Diretora disse não
302 concordar que o CAU/SP pague ao CAU/BR e disse que, desconhecer os termos em que essas
303 contas foram feitas é irresponsabilidade com as verbas públicas. O Conselheiro Gilberto Belleza
304 pediu um panorama claro da situação, com o CAU/SP pagando e não pagando, o que será
305 mudado ou alterado. O Conselheiro Renato Nunes disse concordar com todas as exposições mas
306 fez uma observação: sobre a possibilidade de na época que foi prevista a lei 12.378 não sabiam
307 como implantar o CAU e agora tornando uma realidade apareceu o problema de operacionalizar



308 no país, em seguida o SICCAU, importância gigante não prevista. O Conselheiro Renato Nunes
309 acha que não devem pagar e correr riscos, mas devem estar serenos para levantar qual a
310 motivação da dificuldade financeira e revisão da necessidade do SICCAU. O Diretor Financeiro
311 Éder da Silva disse não ter autoridade perante a lei para dar este tipo de autorização. A proposta
312 do Diretor Éder é não pagar até que seja exibido a explanação dos gastos. O presidente Afonso
313 Celso Bueno Monteiro fez um encaminhamento de não fazer o pagamento enquanto o CAU/BR
314 não apresentar justificativas, seguranças jurídicas e informações necessárias pedidas pelo
315 plenário do CAU/SP. O que foi aprovado por unanimidade. **ÍTEM 7) QUADRO FUNCIONAL DO**
316 **CAU/SP.** O Diretor Administrativo Gerson Medes Faria iniciou a fala deste item informando sobre
317 o concurso público, a realização da licitação em 24 de janeiro de 2014 e o nome da empresa
318 vencedora da licitação-Makiyana. Informou também sobre previsão da realização da prova do
319 concurso em março de 2014. Sobre o informe do quadro funcional, o Diretor Gerson passou a
320 palavra para o gerente de Recursos Humanos para fazer a Apresentação Complementar da
321 Estrutura de Cargos e Salários, material enviado anteriormente aos Conselheiros. Terminada a
322 apresentação e explanação do gerente de Recursos Humanos, Carlos Moraes, o conselheiro
323 Gilberto Belleza emitiu sua opinião sobre o quadro de funcionários, dizendo que tais posições
324 deveriam ter tempo estipulado de execução, um ano por exemplo, até que venham os
325 concursados. O Conselheiro Renato Nunes questionou se esse plano apresentado está vinculado
326 ao plano estratégico? O Diretor Administrativo, Gerson Mendes Faria, afirmou que estão
327 trabalhando dentro do quadro legal de 45% aprovado no plano de ação seguindo a legislação e
328 proposta da FIA. O Assessor Jurídico, Roberto Vomero Monaco, com a palavra, explanou, com
329 argumentos legais que regem a legislação do trabalho, sobre cargos efetivos e cargo de livre
330 provimento. O Conselheiro Gilberto Belleza pediu que houvesse uma votação separando o quadro
331 concursado e o quadro de livre provimento. O Presidente falou que fracionar um trabalho desse,
332 executado durante meses, não é admissível. O quadro de funcionários proposto pela Diretoria
333 Administrativa e pelo Departamento Jurídico foi colocado em votação, sendo aprovado com um
334 voto em contrário do Conselheiro Gilberto Belleza. **ÍTEM 8) TABELA DE HONORÁRIOS - Licitação**
335 **da Prefeitura CEU-** O Presidente solicitou, pelo adiantado da hora, que este item fosse
336 encaminhado para a próxima Plenária em Fevereiro. Colocado em votação a transferência **do**
337 **ítem 8** desta ata para a próxima sessão plenária, foi **aprovado** com 2(dois) votos em contrário dos
338 Conselheiros Gilberto Belleza e Claudio Mazzetti. **ÍTEM 9- PALAVRA DOS CONSELHEIROS:** O
339 Conselheiro Renato Nunes retirou o tema que ia falar na palavra dos Conselheiros e pediu que a
340 manifestação do Conselheiro Lucio Gomes Machado constasse em ata. **ENCERRAMENTO ÀS**
341 **18H00.** Tendo esgotado a pauta, o Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro agradeceu a
342 presença de todos e desejou um bom retorno.

343

344 Afonso Celso Bueno Monteiro

345 Presidente do CAU/SP